

## ESCASSEZ DE ÁGUA: UM PROBLEMA DE QUANTIDADE, QUALIDADE OU GESTÃO?

A Lei das Águas, em seus princípios e diretrizes, destaca a importância da qualidade da água na gestão dos recursos hídricos. Porém, por muitos anos os sistemas de recursos hídricos se dedicaram às questões relacionadas aos aspectos de quantidade, ficando o tema de qualidade mais restrito aos sistemas de meio ambiente e de saúde.

Com a intensificação dos problemas advindos da poluição das águas, houve um avanço significativo do seu monitoramento pelos órgãos gestores de recursos hídricos. Em algumas regiões do Brasil, especialmente no Sudeste, onde os conflitos pelo uso da água apresentam alta complexidade e as redes de monitoramento da qualidade de águas já estão bastante consolidadas. Exemplos disso são Minas Gerais e São Paulo, onde o monitoramento sistemático de décadas permite análises de tendências de alteração das condições de seus principais corpos hídricos.

Buscando apoiar essa prática nos estados, a ANA iniciou em 2010 o Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas (PNQA). Em 2013, lançou, ainda o Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água (Qualiágua), com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre a qualidade das águas superficiais brasileiras. O Qualiágua é consequência do PNQA e premia os estados por atingimento de metas relacionadas ao monitoramento e à divulgação de dados de qualidade das águas, por meio do aporte de recursos para operação da Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade de Água (RNQA).

Em decorrência do Qualiágua, eventos para credenciamento de laboratórios e de padronização de análises também vêm sendo promovidos pela ANA.

## VARIÁVEL 3.4: MONITORAMENTO DE QUALIDADE DE ÁGUA

A meta estadual “Monitoramento de Qualidade de Água” do grupo das variáveis de informação e suporte verifica a existência de rede de monitoramento de qualidade de água em rios de domínio dos estados e o percentual de cobertura de acordo com o previsto na Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade de Água (RNQA).

Esta é uma variável de avaliação obrigatória para todas as tipologias (A, B, C e D) e possui quatro níveis de exigência que variam da inexistência de rede de qualidade de água até uma rede com mais de 50% de pontos de monitoramento em operação em relação à quantidade de pontos prevista na RNQA.

O nível de exigência varia de acordo com a tipologia de gestão de cada estado, conforme o quadro a seguir:

TIPOLOGIA	NÍVEL MÍNIMO DE ATENDIMENTO
<b>A</b>	≥ 2
<b>B</b>	≥ 2
<b>C</b>	≥ 3
<b>D</b>	≥ 3

Assim, a variável 3.4 revela o nível de monitoramento da qualidade das águas de domínio estadual e a sua cobertura em relação ao estabelecido pela RNQA.

## 3º ENCONTRO PARA O FORTALECIMENTO DA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS FOI REALIZADA EM BRASÍLIA

Em 28 e 29 de março de 2017, todos os estados e o Distrito Federal se reuniram com a ANA e com o Ministério do Meio Ambiente com o objetivo de firmar um protocolo de intenções visando à gestão compartilhada dos recursos hídricos no País.

Dentre os principais pontos pactuados, destacam-se: metas consensuais para controle de aspectos de quantidade e qualidade de água em pontos estratégicos de interesse comum; promover ações conjuntas que contribuam para aumentar o nível de segurança hídrica nas diversas regiões do País; identificar e estabelecer fontes de financiamento e ações programáticas que contribuam para o alcance dos objetivos das políticas nacional e estaduais de recursos hídricos e o fortalecimento das entidades integrantes dos sistemas de gestão; além de ampliar as iniciativas de comunicação com a sociedade civil e desenvolver ações de monitoramento continuado da implementação das políticas públicas relacionadas à governança dos recursos hídricos.

A íntegra da “Carta-Compromisso”, bem como os demais documentos referentes ao encontro, podem ser acessados na aba eventos da página do Progestão.



Secretários de estado e dirigentes de órgãos gestores se reuniram em Brasília – Foto: Raylton Alves/ANA

## O MONITORAMENTO DA QUALIDADE DE ÁGUAS EM MINAS GERAIS

Minas Gerais abriga as cabeceiras de diversas bacias hidrográficas brasileiras de grande importância econômica, social e cultural. Com o terceiro maior PIB brasileiro, a economia do estado é bastante diversificada, com destaque para setores altamente impactantes no uso de recursos hídricos, como a agricultura, a indústria e mineração. Desta forma, o monitoramento da qualidade de águas em Minas é de suma importância para possibilitar a definição de estratégias que busquem a conservação, a recuperação e o uso racional da água, assegurando o uso, reduzindo conflitos e direcionando as atividades econômicas.

O monitoramento da qualidade das águas superficiais de Minas Gerais foi iniciado em 1997 adotando-se como referência a experiência desenvolvida pelos países membros da União Europeia e tendo como meta a razão de uma estação de monitoramento para cada mil km<sup>2</sup>. Denominado “Programa Águas de Minas”, atualmente a rede básica de monitoramento de qualidade conta com mais de 600 estações de amostragem distribuídas por todo o estado. Desse total, cerca de 470 integram a RNQA, sendo 94 delas com medição de vazão simultânea.

Após o rompimento da barragem de Fundão em Mariana, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) intensificou o monitoramento já executado na bacia do rio Doce no âmbito do Águas de Minas, o que contribuiu para criação do Programa de Monitoramento Quali-Quantitativo e Sedimentométrico da bacia (PMQQS), no âmbito da Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade de Águas.

Em 2005, o Programa Águas de Minas iniciou o monitoramento da qualidade das águas subterâneas, por meio de uma rede secundária, com o objetivo de analisar a variação da qualidade dessas águas com o passar do tempo.

Os resultados, armazenados em uma base de dados com informações históricas dos últimos 20 anos, podem ser acessados em forma de mapas e relatórios no Portal InfoHidro do Igam, em <http://portalinfohidro.igam.mg.gov.br/>.



## O PROGRAMA QUALIÁGUA

O Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água (Qualiágua) tem como objetivos: contribuir para a gestão sistemática dos recursos hídricos, por meio da divulgação de dados sobre a qualidade das águas superficiais no Brasil a toda a sociedade; estimular a padronização dos critérios e métodos de monitoramento de qualidade de água no país para tornar essas informações comparáveis em escala nacional; contribuir para o fortalecimento e estruturação dos órgãos gestores de recursos hídricos e meio ambiente para que realizem o monitoramento sistemático da qualidade das águas e deem publicidade aos dados gerados; e promover a implementação da RNQA, no âmbito do PNQA.

Por se tratar de um programa baseado no princípio de pagamento por resultados, o Qualiágua premia os estados pelo alcance de metas de monitoramento, estabelecidas em contrato, com três níveis diferenciados de exigência: estados mais estruturados devem atender a um nível de exigência mais elevado, enquanto os menos estruturados devem cumprir metas menos exigentes. O prêmio é calculado a partir de um valor unitário por ponto da RNQA, que é de R\$ 1.100, reajustados todo ano.

Todas as unidades da Federação já aderiram ao Qualiágua e já foram repassados mais de R\$ 3 milhões devidos ao cumprimento de metas.

## OFICINAS DE GESTÃO PATRIMONIAL SÃO REALIZADAS EM BRASÍLIA

Em 4 e 5 de maio e em 1º e 2 de junho aconteceram em Brasília oficinas sobre gestão patrimonial, licitação, contratação de serviços e aquisição de produtos. O objetivo foi capacitar servidores estaduais para adoção de procedimentos adequados relativos aos processos licitatórios, assim como para o correto controle patrimonial dos bens da ANA em uso pelos estados. Atualmente cerca de R\$ 100 milhões do patrimônio da Agência está sob responsabilidade dos estados e é de preciso que haja um aprimoramento para a adequada gestão deste patrimônio.

Participaram do evento representantes de vários estados, entre eles os técnicos das áreas administrativa e financeira. Outras capacitações serão programadas para aqueles que não puderam participar destas duas edições.

## APRIMORAMENTOS NO PROGESTÃO SÃO CONSOLIDADOS EM SEMINÁRIO

Entre 6 e 7 de abril foi realizado em Brasília o II Seminário de Avaliação do Progestão. Participaram do evento representantes dos órgãos gestores e dos conselhos estaduais de recursos hídricos dos nove estados que iniciaram o Programa em 2013 (Alagoas, Goiás, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rondônia e Sergipe), além de técnicos da ANA e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Com base nas discussões ocorridas, foi possível consolidar propostas de aprimoramento do Programa para o seu segundo ciclo que deverá iniciar ainda em 2017.



II Seminário de avaliação do Progestão – Foto: Raylton Alves

**Diretor Interino da Área de Gestão:** Vicente Andreu

**SAS:** Humberto Gonçalves e Carlos Motta

**COAPP:** Ludmila Alves e Brandina Amorim

**CONTATO:** [progestao@ana.gov.br](mailto:progestao@ana.gov.br)

**BOLETIM PROGESTÃO Junho 2017**